

OS DIAS QUE ABALARAM O BRASIL: as rebeliões de junho, julho de 2013¹

Ricardo Antunes

Universidade de Campinas (UNICAMP)

Ruy Braga

Universidade de São Paulo (USP)

OS DIAS QUE ABALARAM O BRASIL: as rebeliões de junho, julho de 2013¹

Resumo: O artigo demarca *pontos de partida* para compreender os porquês das rebeliões que ocorreram no Brasil em junho e julho de 2013: sua explosão, seu desenho empírico, sua processualidade e alguns de seus traços durante pouco mais de vinte dias de levante social. Indica ainda a necessidade de um espaço temporal mais amplo para viabilizar análise mais profunda desses dias que abalaram o país.

Palavras-chave: Lutas sociais, processualidade, trabalho.

THE DAYS THAT HAVE SHAKEN BRAZIL: the june rebellions, july 2013

Abstract: The article demarcates start points to understand the reasons for rebellions that have occurred in Brazil in june and july 2013: its explosion, its empiric design, its processuality and some of its traces during a little more than twenty days of social upheaval.

Still indicates the need for a wider temporal space to enable a deeper analysis of these days that have shaken the country.

Keywords: Social struggles, processuality, work.

Recebido em: 11.12.2013. Aprovado em: 06.01.2014.

1 INTRODUÇÃO: uma era de rebeliões em escala global

“[...] as percepções humanas aguçam-se estranhamente quando [...] a multidão de repente torna-se ela mesma justiceira do caso”. (MELVILLE, HERMAN)

Junho de 2013 entrará para a história das rebeliões sociais no Brasil como uma data emblemática. Começando em 6 de junho com uma passeata em São Paulo, com aproximadamente 2 mil pessoas, contra o aumento das tarifas no transporte público, os jovens do *Movimento do Passe Livre* (MPL) não poderiam imaginar que estariam sacudindo o Brasil, numa explosão que só teve similar – ao menos no que concerne à sua amplitude, ainda que sob formas bastante diferentes – na campanha pelo impeachment de Collor em 1992 e na Campanha pelas eleições diretas em 1985, ainda sob a ditadura militar.

De lá para cá houve manifestações no dia 7, 11, 13, chegando a um ponto espetacular em 17 de junho, com mais de 70 mil participantes em São Paulo, dezenas de milhares no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, enfim, em praticamente todas as capitais do país, das grandes às pequenas cidades, do centro às periferias, numa explosão popular que balançou os pilares da ordem. Em 20 de junho, quase 400 cidades, incluindo 22 capitais, saíram em manifestações e passeatas, aglutinando mais de 1 milhão de pessoas, segundo as informações e cálculos da imprensa, como se fosse possível fazer uma somatório preciso do verdadeiro oceano popular presente nas manifestações. O país da *cordialidade* mostrava, uma vez mais, que sabe também se rebelar. A explosão chegou a praticamente todos os rincões do país.

O entendimento desta verdadeira rebelião popular é impossível neste momento. O que aqui pretendemos, então, é tão somente indicar alguns *pontos de partida* capazes de tentar compreender os porquês de sua explosão, recolher um pouco de seu desenho empírico e, por fim, tentar apresentar alguns de seus traços, durante estes pouco mais de vinte dias de levante social que, aliás, vive mutações cotidianas. Para uma análise mais profunda, será preciso mais tempo. Mas não temos condições de fazer. Alguém já disse um dia que é *melhor viver uma experiência do que escrever sobre ela*, numa glosa inteiramente livre, que aqui vale como metáfora.

Talvez seja possível sugerir que sua explosão deveu-se a uma *processualidade interna*, de superação de um longo período de letargia, articulado com uma *processualidade externa*, caracterizada por uma época de sublevações em escala global, que se ampliaram enormemente a partir da crise estrutural de 2008. Estas manifestações, com todas suas particularidades e singularidades, têm algo em comum: as massas populares se apropriam do espaço público, das ruas, das praças, exercitando práticas

mais plebiscitárias, mais horizontalizadas, além de estampar um descontentamento em relação tanto às formas de representação e de institucionalidade que caracterizam as *democracias* vigentes nos países capitalistas, como aquelas com clara feição ditatorial, como ocorre em vários países do Oriente Médio.

Nos últimos anos adentramos em uma nova era de lutas sociais. Os exemplos da Grécia, Itália, França, Inglaterra, Espanha, Portugal, EUA, para nos atermos a alguns países do Norte ocidental são significativos. Lutas que têm um conteúdo por certo heterogêneo, polissêmico, mas que também expressam claras conexões entre os temas do trabalho, da precarização, do desemprego, aflorando as ricas transversalidades existentes entre classes, gênero, geração e etnias, temas que são centrais nestas lutas.

Se a crise estrutural do capital vem ampliando significativamente as diversas formas de precarização do trabalho e intensificando o desemprego, o cenário social rico e complexo que se descortina é o da *mundialização das lutas sociais*. Para não voltar muito no tempo, podemos recordar as explosões ocorridas na França, em fins de 2005, com o enorme contingente de imigrantes (trabalhadores pobres, *sans-papiers*) e a destruição de milhares de carros (símbolo da sociedade do século XX) ou ainda as manifestações, nos inícios de 2006, com os estudantes e trabalhadores na luta contra o Contrato de Primeiro Emprego.

Com o agravamento da crise, na virada da década, a temperatura social aumentou: na Grécia ocorreram várias manifestações repudiando os receituários do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional, em benefício das grandes corporações financeiras. E a *pólis* moderna grega presenciou uma nova *rebelião do coro*.

Depois vieram as revoltas no mundo árabe: cansados do binômio ditadura e pauperismo, a Tunísia iniciou a era das rebeliões que se estendem até os dias atuais. Os ventos rapidamente sopraram para o Egito em manifestações plebiscitárias diuturnas na Praça *Tahrir*, conectadas pelas redes sociais, que exigiam dignidade, liberdade, melhores condições de vida e, se no início lutavam pelo fim da ditadura de Mubarak, no presente, em fins de 2011, lutam pelo fim do controle militar no país.

Em Portugal, estas lutas tornaram-se emblemáticas: em março de 2011 explodiu o descontentamento da *geração à rasca*. Milhares de manifestantes, jovens e imigrantes, precarizados e precarizadas, desempregados e desempregadas, expressaram de modo vivo e límpido seu monumental descontentamento.

No caso brasileiro – e recorrendo a uma figura geométrica – é como se existissem muitas curvas multiformes que acabaram por encontrar seu *ponto de convergência* em junho de 2013. Vamos, a seguir, dar alguns elementos para sua melhor compreensão.

2 O DESMORONAMENTO DO MITO BRASILEIRO: o mal-estar dominante no Brasil

Exatamente no período em que as classes dominantes queriam celebrar espetacularmente, como sendo uma festa *popular*, a realização da Copa das Confederações, profundamente imperial e imperialista, comandada pela FIFA e pelos grandes empreendimentos capitalistas. O plano gorou. O que parecia *sólido desmanchou-se no ar*. Por quê?

O Brasil esteve à frente das lutas políticas e sociais na década de 1980, conseguindo retardar a implantação do neoliberalismo, fazendo com que a chamada *década perdida* – como aquele período normalmente é denominado pelos capitais – fosse, para os movimentos sociais e políticos populares, o seu exato inverso. Naquela década floresceu um forte sindicalismo de oposição, de que a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 foi exemplo. As greves caminharam em sentido inverso às tendências regressivas presentes no mundo ocidental e o Brasil teve uma das mais altas taxas de greves do mundo ocidental. Nasceram incontáveis movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) em 1984. Ampliou-se a oposição à ditadura militar, convocou-se uma Assembleia Nacional Constituinte em 1986 e vivenciamos, em 1989, um processo eleitoral que dividiu o Brasil em dois projetos distintos.

A década de 1990, entretanto, foi avassaladora: neoliberalismo, reestruturação produtiva, financeirização, desregulamentação, privatização e desmonte. Foi o que denominamos como sendo a era da desertificação neoliberal no Brasil.

Assim, quando ocorreu a vitória política de 2002, com a eleição de Lula, o cenário era profundamente diverso dos anos 1980. Como a história é cheia de surpresas, caminhos e descaminhos, a eleição de 2002 acabou por se converter na vitória da derrota.

Oscilando entre muita continuidade com o governo de Fernando Henrique Cardoso e pouca mudança, mas nenhuma com substância, o primeiro mandato de Lula terminou de modo desolador, o que o obrigou a fazer mudanças de rota, sempre com muita moderação e nenhuma confrontação. Bolsa Família e altíssimos lucros bancários e financeiros; aumento do salário mínimo quando comparado aos dos governos FHC, mas também enriquecimento crescente de inúmeros setores da grande burguesia; nenhuma reforma agrária e muito incentivo ao agronegócios, que só teve vantagens durante os dois governos de Lula.

Entre o primeiro e o segundo mandatos de Lula, foi se gestando um modelo de desenvolvimento apoiado, por um lado, no aumento dos gastos sociais e, por outro, na reprodução da ortodoxia rentista representada pela independência operacional do Banco Central, altas taxas de juros e flutuação cambial. Além disso, a fim de administrar os

crescentes encargos impostos pela dívida pública e visando recuperar o apoio que havia perdido em importantes setores da classe trabalhadora brasileira, o governo federal estimulou a formalização do mercado de trabalho. Este processo fez com que os trabalhadores ascendessem a um patamar superior de proteção social. A aceleração do ritmo de crescimento da economia na última década, em grande medida, puxada pela elevação no preço das commodities brasileiras, coroou a combinação entre o aumento dos gastos sociais e a ampliação da cobertura da proteção trabalhista.

Assim, a hegemonia petista consolidou-se por meio da combinação de duas formas de consentimento popular: por um lado, as lideranças petistas incorporaram, por meio de milhares de cargos administrativos de assessoramento e do controle sindical dos fundos de pensão, muitos movimentos sociais e populares ao governo, conduzindo o movimento sindical a uma verdadeira “*fusão*” com o aparelho de Estado; por outro, os setores mais empobrecidos e parte dos segmentos mais precarizados da população trabalhadora foram seduzidos pelas políticas públicas do governo federal, em especial, pelo programa Bolsa Família, pelo crédito direto e pelos aumentos reais do salário mínimo.

Com essa política, Lula, o nosso *homem duplicado*, renasceu das cinzas em seu segundo mandato. Terminou o governo em alta: ao mesmo tempo em que fez seu sucessor, desorganizou a quase totalidade do movimento opositor. Era difícil opor-se ao ex-líder metalúrgico, cuja densidade fora solidamente construída nos anos 1970 e 80.

Quem se lembra de sua situação em 2005, atolado no Mensalão, e dele se recorda no fim do seu mandato, em 2010, sabia que estava à frente de uma variante de político dos mais qualificados, capaz de fazer muitas metamorfoses para preservar sua força e apoio. Se Dilma, sua criatura política – uma espécie de gestora de ferro – soube vencer as eleições em 2010, já sabíamos que algo maior lhe faltava: a densidade social que sobrava em Lula.

Com paciência, espírito crítico e muita persistência, os movimentos populares haveriam de superar esse difícil ciclo. Afinal, além dos avanços da formalização, do mercado de trabalho aquecido e dos ganhos reais do salário mínimo, o atual modelo de desenvolvimento também se apoiou sobre o aumento do número de acidentes de trabalho, o incremento do ritmo da rotatividade do trabalho, a elevação das taxas de terceirização e flexibilização da força de trabalho, além do declínio do atendimento do transporte público, da saúde e da educação, que estão na linha de frente das atuais manifestações.

Essa outra face do atual modelo de desenvolvimento – que ficava um pouco à margem, mas era real, alimentou um estado mais ou menos permanente de insatisfação entre os trabalhadores, em especial, entre os setores mais jovens, não

qualificados, semiquualificados e sub-remunerados. Não devemos esquecer que nos últimos dez anos, 94% dos empregos criados no mercado formal de trabalho brasileiro remuneravam até 1,5 salários mínimos (sendo que o salário mínimo é, pela cotação de junho de 2013, de aproximadamente US\$ 320,00 por mês).

Se levarmos em consideração que do total desses empregos, pouco mais de 60% foi preenchido por jovens entre 18 e 28 anos de idade, perceberemos que a inquietação social promovida pela percepção dos limites do atual modelo tendeu a se concentrar entre os setores formados por jovens trabalhadores precarizados recebendo pouco mais do que 1,5 salários mínimos. E esse contingente cumpriu um papel-chave na deflagração do levante popular de junho de 2013 no Brasil.

2.1 Um primeiro desenho da rebelião (ou das rebeliões)

Conforme a pesquisa realizada pela consultoria *Plus Marketing* na passeata do dia 20 de junho de 2013, na cidade do Rio de Janeiro, a maioria dos manifestantes encontra-se no mercado de trabalho (70,4%), ganhando até um salário mínimo (34,3%). Se somarmos estes aos que ganham entre dois e três salários mínimos (30,3%), temos que mais de 64% do total de um milhão de pessoas que foram às ruas no Rio de Janeiro são parte desse proletariado precarizado urbano. Se, no início, havia um predomínio da juventude estudantil, ela desde logo se mesclou aos assalariados médios urbanos e já há vários dias atingiu profundamente as periferias, com um cenário de manifestações e reivindicações que tocam diretamente as classes populares.

Não por acidente, os manifestantes e seus movimentos sociais, populares e estudantis perceberam que, para além do crescimento econômico, do mito falacioso da *nova classe média*, há uma realidade profundamente crítica em todas as esferas da vida cotidiana dos assalariados. Na saúde pública vilipendiada, no ensino público depauperado, na vida absurda das cidades, entulhadas de automóveis pelos incentivos antiecológicos do governo do PT. Na violência que não para de crescer e nos transportes públicos relativamente mais caros (e precários) do mundo.

Não poucos analistas e políticos disseram-se surpresos com o atual ciclo de mobilização popular. No entanto, apenas os *desavisados* não haviam percebido que uma tempestade aproximava-se rapidamente das grandes metrópoles. Bastaria lembrarmos a onda de paralisações, greves e rebeliões operárias que se espalhou em março de 2011 pela indústria da construção civil, atingindo algumas das principais obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal: 22 mil trabalhadores parados na Hidrelétrica de Jirau em Rondônia; 16 mil na Hidrelétrica de

Santo Antônio; alguns milhares na Hidrelétrica de São Domingos no Mato Grosso do Sul; 80 mil trabalhadores grevistas em diferentes frentes de trabalho na Bahia e Ceará; dezenas de milhares no Complexo Petroquímico de Suape em Pernambuco, e por aí vai. Tudo somado, o Dieese calculou em 170 mil o número de trabalhadores que, somente em março de 2011, cruzaram os braços.

Sem mencionar outras importantes greves nacionais ocorridas em 2011, como a dos bancários e a dos trabalhadores dos correios, por exemplo, o impulso grevista permaneceu ativo em 2012. Em Belo Monte, cerca de 7 mil trabalhadores espalhados por todas as frentes de trabalho da usina hidrelétrica cruzaram os braços por 12 dias. No Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), localizado em Itaboraí (RJ), pelo menos 15 mil trabalhadores entraram em greve no dia 9 de abril, permanecendo 31 dias parados. Ainda no início do ano, foram registrados 10 dias de greve em Jirau e na plataforma da Petrobras em São Roque do Paraguaçu (BA), além de novas paralisações em Suape, greves em várias obras dos estádios da Copa do Mundo de futebol etc.

Nas pautas operárias, encontramos invariavelmente demandas por reajuste dos salários, adicional de periculosidade, equiparação salarial para as mesmas funções, direito de voltar para as regiões de origem a cada noventa dias, fim dos maus-tratos, melhoria de segurança, da estrutura sanitária e da alimentação nos alojamentos, ou seja, demandas que nos remetem ao velho regime fabril despótico, agora revigorado pelas terceirizações e pelas subcontratações.

Segundo dados atualizados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o número de horas paradas em 2012 foi 75% superior ao de 2011, alcançando um pico histórico inferior apenas aos anos de 1989 e de 1990. A combinação de desaceleração do crescimento econômico com um mercado de trabalho ainda aquecido pode nos ajudar a explicar esse importante fenômeno. Estava se rompendo, portanto, o quadro de letargia inaugurado em 2002, quando Lula ganhou as eleições presidenciais.

Além disso, os dois governos de Lula da Silva não criaram novos direitos sociais. A despeito da recente equiparação dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, Dilma Rousseff seguiu pelo mesmo caminho. Se os sucessivos governos petistas aumentaram largamente os gastos sociais, o mesmo não pode ser dito a propósito dos gastos com saúde e educação. Embora crescessem em termos absolutos devido ao bom desempenho da economia, estes gastos declinaram em termos relativos.

A questão da efetivação e ampliação dos direitos sociais é chave para entendermos as bases sociais da maior revolta popular da história brasileira. Afinal, desde os anos 1950, o proletariado

precarizado mobiliza-se pela efetivação e pela ampliação dos direitos sociais.

A massa de trabalhadores jovens e precarizados que ganhou as ruas no mês de junho sabe que para alcançar seus objetivos não pode contar nem com o PSDB, nem com o PT. Afinal, há décadas estes partidos são parte diferenciada de uma mesma lógica, que a cada eleição negocia milhões de reais de financiamento por inúmeros acertos e acordos com grandes construtoras, empresas de ônibus etc.

Isso ajuda a compreender a formação desse sentimento antipartidário, alimentado por um sentimento igualitarista resistente ao desigual jogo político parlamentar. Trata-se de um sentimento que merece ser elaborado, refletido e assimilado pelas forças coletivas (partidárias ou não) que têm animado os atuais protestos.

Mas o sentimento popular expressa também – e decisivamente – clara repulsa à Copa das Confederações *branqueada*, sem negros e pobres nos estádios; no fosso colossal existente entre as representações políticas tradicionais e o clamor das ruas; na brutalidade da violência da Polícia Militar de Alckmin (governador do PSDB no estado de São Paulo), com o apoio de Haddad (prefeito do PT na cidade de São Paulo).

2.2 O campo de batalhas, suas reivindicações e modos de ser

A fim de entendermos a atual dinâmica das mobilizações, é necessário, em primeiro lugar, localizar o papel que a luta de redução das tarifas de ônibus desempenhou na atual conjuntura. Nesse domínio, boa parte dos analistas políticos mostrou-se surpresa com o forte apoio popular recebido pelo MPL em sua luta por revogar o aumento de R\$ 0,20 da tarifa do transporte urbano. No entanto, como foi ficando cada dia mais claro no decorrer das manifestações, nunca se tratou *exclusivamente* de um aumento do preço da passagem de ônibus e de metrô. Na realidade, estamos diante da ruidosa transformação de uma inquietação social latente e difusa em uma aberta, a despeito de ainda inorgânica, insatisfação social.

Aqueles que se dedicam a analisar a dinâmica histórica das explosões sociais nas periferias das grandes metrópoles brasileiras conhecem o potencial mobilizador do transporte coletivo. Afinal, se os reajustes dos preços dos alimentos, dos aluguéis e dos serviços, por exemplo, acontecem de forma fragmentada, diluindo-se ao longo dos meses, o reajuste da passagem de ônibus, pelo fato de ser uma tarifa regulada politicamente, acontece de uma única vez, atingindo a massa de trabalhadores ao mesmo tempo. Assim, em junho de 2013, observamos, tendo a cidade de São Paulo como epicentro político, a revolta contra os reajustes alcançar uma escala nacional.

O contexto inicial já é bastante conhecido: em janeiro de 2013, a pedido do governo federal, a Prefeitura de São Paulo adiou o reajuste das tarifas do transporte coletivo, em uma estratégia para não impactar a inflação; em maio, mesmo com a suspensão pelo governo federal da cobrança de dois impostos que incidem sobre as tarifas de transporte urbano (ônibus, trem e metrô), a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado de São Paulo anunciaram o reajuste de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. Em resposta ao anúncio do aumento, no dia 6 de junho de 2013, o MPL, como já havia feito após reajustes anteriores, organizou um ato que reuniu cerca de, segundo estimativa da Polícia Militar, duas mil pessoas na Avenida Paulista.

Entre os dias 7 e 13 de junho de 2013, o MPL organizou outros três protestos, reunindo mais de quinze mil manifestantes marchando na Avenida Paulista, na Marginal do rio Pinheiros e pelas ruas do centro da cidade. O protesto do dia 13 de junho, no entanto, representou o momento da guinada. Após uma intensa campanha midiática que pedia a repressão aos *vândalos*, a PM do Estado de São Paulo decidiu reprimir duramente os militantes do MPL por meio da utilização de bombas de gás lacrimogêneo, de bombas de efeito moral e de tiros de bala de borracha de maneira indiscriminada. Sem mencionar os inúmeros presos e detidos, durante a violenta ação da PM inúmeros manifestantes ficaram feridos, entre eles 22 jornalistas que faziam a cobertura do confronto.

Depois deste dia, um forte sentimento de indignação tomou conta da cidade de São Paulo e a manifestação convocada pelo MPL para a segunda-feira, 17 de junho de 2013, reuniu aproximadamente 100 mil pessoas no Largo da Batata, região oeste da capital paulista, iniciando uma passeata que tomou conta da Avenida Brigadeiro Faria Lima, dirigindo-se, como nos cinco dias anteriores, tanto para a Marginal do rio Pinheiros quanto para a Avenida Paulista. Nesta ocasião, o movimento de massas já não mais podia ser reprimido pela PM e cumpriu com a promessa feita no início das jornadas de junho: *Se a tarifa não baixar, São Paulo vai parar*.

Ao longo desses dias, amplos setores da juventude paulistana, majoritariamente formados por trabalhadores jovens e inseridos em condições precárias de trabalho, além de sub-remunerados, manifestaram publicamente sua insatisfação com os limites de um modelo de desenvolvimento que se apoiou na espoliação do espaço urbano por meio do conluio entre incorporadoras, construtoras, empresas de transporte e poder público. De fato, no dia 17 de junho de 2013, os jovens expressaram seu desejo de inventar outra metrópole, um lugar generoso onde as diferenças pudessem ser acolhidas, os serviços públicos funcionassem a contento para as amplas majorias e a cidade não permanecesse como propriedade de uns poucos privilegiados.

A imagem de 100 mil pessoas caminhando por entre os prédios envidraçados dos bancos e das corporações na Faria Lima em direção à região da Berrini (no bairro do Brooklin, na região sul da cidade de São Paulo, é um ponto estratégico da cidade, próxima às grandes avenidas, onde está a estação transporte coletivo Berrini) traduziu esse desejo em um clima festivo, onde incontáveis cartazes foram exibidos de forma totalmente espontânea por uma massa de jovens que cantava o tempo todo:

“Se o povo acordar, eles não dormem!”
 “Não adianta atirar, as ideias são à prova de balas!”
 “Não é por centavos, é por direitos!”
 “Põe a tarifa na conta da FIFA!”
 “Verás que um filho teu não foge à luta!”
 “Se seu filho adoecer, leve-o ao estádio!”
 “Ô fardado, você também é explorado!”
 “Oi FIFA, paga minha tarifa!”

O sucesso dessa manifestação foi coroado no dia seguinte quando mais de 50 mil pessoas participaram da manifestação na Praça da Sé, em São Paulo, levando a prefeitura municipal e o governo do Estado de São Paulo a *suspender o reajuste da tarifa no dia 19 de junho*.

A partir dessa inegável vitória, o movimento de rua espalhou-se pelas principais cidades do país, ao ponto de uma pesquisa nacional realizada pelo instituto CNT/Ibope, publicada no dia 21 de junho, indicar que 75% da população estavam apoiando as manifestações e que 6% dos entrevistados (equivalente a 12 milhões de pessoas) haviam participado de algum dos protestos. Além disso, a pauta de reivindicações transcendeu o tema do direito ao transporte coletivo de qualidade, expandindo-se para demandas a respeito de outros serviços públicos, notoriamente, a saúde e a educação. Com a nacionalização do movimento popular, a presidente Dilma Rousseff decidiu se pronunciar em rede nacional e afirmou estar *atenta ao apelo das ruas*. Em seguida, ela reuniu-se com representantes do MPL, além de prefeitos e governadores de Estado, no dia 24 de junho de 2013, a fim de negociar um pacto nacional pela melhoria dos serviços públicos.

3 UMA PRÉ-CONCLUSÃO: O que será, que será...?

Até o momento em que finalizamos este texto, em 3 de julho de 2013, as incontáveis manifestações ocorridas em 388 cidades e 22 capitais, nos permitem afirmar que o balanço das jornadas de junho é largamente positivo. As diferentes esferas governamentais foram *obrigadas* a agir, tentando *atender* certas demandas apresentadas durante o atual ciclo de protestos e, desse modo, procurar estancá-las. O governo federal anunciou um plano que prevê investir 51 bilhões de reais em projetos de mobilidade urbana e a contratação imediata de 35 mil médicos para atender as periferias das grandes cidades e o interior do país. Além disso, a Câmara dos

Deputados aprovou na madrugada do dia 26 de junho o outrora controvertido projeto de lei do Executivo que destinava 75% dos recursos dos royalties do petróleo para a educação pública, com prioridade para a educação básica, e 25% para a saúde.

A pressão popular nas manifestações é de tal intensidade e amplitude que acabou por gerar as primeiras vitórias conquistadas pela mobilização das massas nas jornadas de junho de 2013. Além dos militantes do MPL, encontram-se entre os manifestantes inúmeros agrupamentos de oposição de esquerda ao governo federal, notoriamente, partidos políticos como o PSOL, o PSTU, o PCB, além de outros grupos partidários menores e também por militantes anarquistas. Se, em várias passeatas ocorridas, em especial, no Rio de Janeiro e em São Paulo, o sentimento contrário aos partidos políticos acabou se transformando em atitudes hostis a esses agrupamentos (quando inclusive vários setores de direita engrossaram as passeatas que foram iniciadas pelos movimentos populares, estudantis e de partidos de esquerda e exploraram o sentimento *apolítico* e usaram de violência contra os jovens-militantes de esquerda), a situação atual começa a apontar em outra direção, com os partidos de esquerda, críticos dos governos, voltando a atuar livremente nas manifestações e convocando protestos com ampla participação popular. E também chegou à periferia, como temos visto em incontáveis manifestações.

Desse modo, tivemos, em certo sentido, um *movimento em disputa*: de um lado, amplos setores do movimento estudantil, forte presença dos movimentos sociais organizados, como o MPL, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), movimento Periferia Ativa, dentre incontáveis exemplos, além de partidos e grupamentos de esquerda vinculados aos movimentos estudantis como PSOL, PSTU, PCB, anarquistas – com suas aproximações e também, diferenças – e, de outro, vários pequenos grupamentos de direita, explícita e violentamente antipartidos e antiesquerdas, tentando “*ganhar*” a condução dos amplos setores da massa que são a grande maioria dos movimentos, o que confere um contorno de disputa ideológica de uma maioria de jovens. Se logo após a enorme repressão da PM nas majestosas passeatas de São Paulo e Rio de Janeiro em tantas outras capitais e cidades, em 17 de junho, núcleos de direita procuraram, com o apoio em massa da mídia, influir na condução do movimento para bandeiras conservadoras e de direita – como a redução de todo o movimento quase que *exclusivamente* contra a corrupção, pela redução da idade (de 18 para 16 anos para a punição penal etc, a (re)organização das esquerdas e dos movimentos sociais e populares foi decisiva para o avanço (e não retrocesso) das manifestações.

Durante a *Copa das Confederações*, que entrará para a história recente do Brasil como a *Copa das Rebeliões*, houve manifestações e confrontos

em todos os estádios onde houve jogos, todas com significativa presença popular e quase sempre terminando em confrontos com a PM. O Brasil ganhou a Copa, *mas a população não comemorou nas ruas, como sempre fez anteriormente*. Ela percebeu que a Copa foi imposta pelos interesses das grandes empresas, tendo a FIFA como mandante e o povo assalariado como sendo excluído. Essa mesma população que percebeu que os recursos que faltam para transporte, saúde, educação, foram drenados para os estádios e os benefícios dos grandes conglomerados que se beneficiam da Copa. Bastaria dizer que os custos estimados para a Copa do Mundo de 2014, programada para ser realizada no Brasil, já tem um custo maior que três vezes foi na África do Sul e quase três vezes o que foi na Alemanha e no Japão. O que dá ideia do saque, percebido pela população trabalhadora e pela juventude.

Na realidade, o que vemos nas ruas, hoje, é um movimento amplo, de massa, polissêmico e multiforme, bastante diferente de outros que aconteceram na recente história do país. E o perfil do movimento tem se transformado desde o início das jornadas de junho: começaram com estudantes e estudantes/trabalhadores que utilizam o transporte coletivo e que por meio do MPL há anos vêm organizando manifestações em várias cidades, como Florianópolis, Porto Alegre, Vitória, Salvador, além de jovens militantes vinculados aos partidos de esquerda, como PSOL, PSTU, PCB, dentre outros grupamentos. Pouco a pouco elas foram se ampliando e, depois da brutal repressão policial na passeata do dia 13 de junho na cidade de São Paulo, os protestos ampliaram seu escopo, chegando às periferias, onde uma massa plebeia de jovens iniciou um processo de mobilização que já bloqueou várias rodovias na cidade de São Paulo.

Da periferia ela se espalhou para praticamente todos os cantos do país e no presente, dia 3 de julho, ampliou-se para uma greve dos caminhoneiros que paralisa várias autoestradas do país e vivencia – ou sinaliza – para a eclosão de várias outras greves, como do transporte público, médicos, indicando que as manifestações ampliam-se para amplos setores da classe trabalhadora, descontente com os rumos do país nestas últimas duas décadas.

Assim, manifestações fizeram ruir o mito de que o Brasil seria um país de classe média, em crescimento e que caminhava para ser a quinta potência industrial. Um país paradisíaco onde tudo dá certo e onde o povo está satisfeito com seus governantes e com o atual modelo de desenvolvimento. O atual ciclo de mobilizações populares demonstrou a existência de uma profunda inquietação com a reprodução de todo o sistema político representativo nacional e, particularmente, com o sistema legislativo. Por quê? Porque há um enorme descompasso entre as expectativas

populares e os procedimentos parlamentares. Apenas para ficarmos em um exemplo, em meio às manifestações, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados aprovou o projeto grotescamente conhecido por “cura gay”.

Isso ajuda a compreender por que o atual ciclo de mobilização popular encontra tanta acolhida na população. Entretanto, quaisquer que sejam os desdobramentos desses movimentos, o país não será mais o mesmo. Estamos só começando.

NOTA:

- ¹ Este artigo foi publicado, em versões diferentes, nas revistas Herramienta (Argentina) e Izquierda (Colômbia), em versão bastante reduzida.

Ricardo Antunes

Cientista Social
Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP)
Professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
E-mail: rantunes@unicamp.br.

Ruy Braga

Cientista Social
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Professor da Universidade de São Paulo (USP)
E-mail: ruy.braga@uol.com.br.

Universidade de Campinas (UNICAMP)

Campus Universitário Zeferino Vaz, Barão Geraldo,
CEP: 13083-970 - Campinas - SP

Universidade de São Paulo (USP)

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315
Butantã, CEP: 05508-010 - São Paulo, SP